

entrevista

SIMONE MAIA EVARISTO,
Presidente da Associação Nacional de Citologia (Anacito)

“Não é apenas uma lâmina, é uma vida”

Do anonimato ao reconhecimento profissional. Essa é a nova realidade dos citotécnicos, que desde março foram incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (CBO/MTE) sob o número 3242-15. A atual fase da citotecnologia é comemorada com entusiasmo por Simone Maia Evaristo, bióloga e citotecnologista, servidora do INCA há 17 anos, onde atualmente é supervisora da Área de Ensino Técnico. Sua missão tem sido divulgar o papel fundamental da área no controle do câncer. “A citotecnologia não é só leitura de lâmina, é um trabalho minucioso, e o profissional tem que estar a par de todo o processo. Temos uma responsabilidade muito grande.” Na opinião de Simone, apesar de toda sua relevância, a citotecnologia esteve estagnada durante muito tempo no País. “Aqui, o citotécnico andou pra trás e ficou isolado. Agora, estamos começando a recuperar o nosso espaço.” A trajetória de Simone revela seu compromisso com a citotecnologia. Ela também é presidente da Associação Nacional de Citotecnologia (Anacito) e docente do curso do INCA de formação de técnico de nível médio em citopatologia, do qual foi vice-coordenadora por sete anos. É responsável pela organização de eventos, como as duas jornadas internacionais e o I Congresso Brasileiro de Citotecnologia, pela criação da Série Citotecnologia (publicações), distribuída para vários países, por promover cursos de atualização para os



profissionais brasileiros e pela integração com os colegas do exterior.

Especializada em Citologia Clínica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Simone obteve a titulação de Suficiência em Citotecnologia pela Sociedade Brasileira de Citopatologia (SBC), Sociedade Latino-Americana de Citopatologia (Slac), da qual é membro do Comitê Diretor, e pela Academia Internacional de Citologia (IAC), sendo a única citotecnologista brasileira em seu quadro de membros ativos.

Em entrevista à REDE CÂNCER, Simone apresenta o perfil do profissional de citotecnologia, detalha os desafios e os próximos projetos para a área e mostra o caminho para quem quiser se tornar um citotecnologista.

REDE CÂNCER – Qual a forma correta de chamar o profissional de citotecnologia: citotécnico ou citotecnologista?

Culturalmente, aqui no Brasil, associa-se citotécnico ao nível médio. Em Portugal, por exemplo, o profissional também é chamado dessa forma, mas estuda quatro anos na universidade. Já a palavra citotecnologista vem dos Estados Unidos e está mais ligada à área. Para eles, o citotécnico é aquele que só faz os preparos. Já o citotecnologista seria o profissional altamente qualificado. Então, criou-se uma confusão em torno desses nomes. Mas, na realidade, sendo nível técnico ou superior, a atuação não muda muito. E o Ministério do Trabalho e Emprego vai usar as duas nomenclaturas.

RC – De que forma você descreveria o perfil do profissional de citotecnologia?

O citotecnologista é um profissional que tem vivência no ambiente de anatomia patológica, interesse pela

“O profissional bem treinado não só tem acuidade visual, mas também sabe correlacionar os dados daquela paciente com a lâmina que está lendo. Ele precisa ter noção do que é possível, saber interpretar e associar as informações”

ciência e gosto pela pesquisa científica. Precisa ter acuidade visual e ser paciente, já que cada lâmina que analisa é um estudo. O trabalho que realiza é uma ciência. E também precisa ter humildade para trocar experiências e cooperar com os colegas da área.

RC – Existe algum preconceito contra esse profissional?

Existe um preconceito geral contra técnicos. O serviço técnico era tido como algo braçal e repetitivo, só que esse perfil mudou. O técnico é um ser pensante. Tecnologias estão surgindo, então, não dá para ser aquele técnico que não raciocina, que não pensa.

RC – Quais são os maiores desafios enfrentados pelos profissionais da área?

Após a conquista do reconhecimento profissional, seria a definição da carga horária. Os citotécnicos acabam tendo uma carga horária muito pesada, porque ainda não existe essa definição. É preciso estabelecer como isso vai ser medido, se por horas ou número de lâminas lidas. É algo que pesa bastante.

RC – Que relação pode ser estabelecida entre a capacitação dos citotecnologistas e a detecção e a prevenção do câncer do colo do útero?

Essa relação é tudo. O profissional bem treinado não só tem acuidade visual, mas também sabe correlacionar os dados daquela paciente com a lâmina que está lendo. Ele precisa ter noção do que é possível, saber interpretar e associar as informações. Por exemplo, esfregaços muito espessos podem mascarar uma lesão. Se o técnico deixa passar isso, aquela paciente pode só repetir o exame depois de três anos. O governo preconiza que, depois de dois resultados normais do exame Papanicolaou, se faça a coleta de três em três anos. Mas e se o técnico não for bem treinado e não detectar a lesão? É preciso ser um profissional realmente capacitado, e também que o material seja coletado da forma correta. Se o citotécnico não tem capacitação, perde aquela paciente por um resultado falso negativo e todo o programa de controle desanda. Então, se quiser realmente combater o câncer, o citotécnico precisa estar muito bem capacitado.

RC – De que forma a criação do Programa Nacional de Qualidade em Citopatologia (PNQC), instituído recentemente pelo Ministério da Saúde, pode melhorar a confiabilidade dos exames citopatológicos?

Vejo muitas situações absurdas acontecendo nos laboratórios por aí. Mas quando se tem a capacitação,



existe a cobrança. Então, se houver mais fiscalização, os laboratórios vão começar a ter mais cuidado. Eu acho que com esse controle de qualidade e treinamento para os laboratórios, que estão muito soltos, vai haver uma exigência maior, até por parte do próprio técnico.

RC – O que muda com a inclusão da profissão de citotécnico na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego?

O profissional poderá ser cadastrado e contratado como citotécnico: isso é uma grande mudança. Muitos eram contratados como técnicos de laboratório porque não existia uma numeração na CBO. Agora, eles poderão existir e entrar em uma estatística correta, com o nome e a atividade deles e não com os dados de outra profissão.

RC – Em que medida a Anacito – fundada em 2009, após a I Jornada Internacional de Citotecnologia, realizada pelo INCA – contribuiu para este reconhecimento?

Existia uma visão muito ruim sobre os profissionais da área, mas a Anacito está conseguindo agregá-los para que se fortaleçam. Eles estão começando a se reconhecer e a ser tirados da inércia. Depois da primeira jornada que fizemos, conseguimos entrar no programa de profissões prioritárias do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), e a Anacito tem sido chamada para representá-los até mesmo em outros países. Agora,

“O profissional da área, de uma maneira geral, não acredita em si e no seu papel fundamental no controle do câncer. Ele precisa se conscientizar e se ver como um profissional que é membro importante de uma equipe, e não um mero empregado”

os próprios técnicos estão querendo se envolver e expandir isso.

RC – Quais são os próximos desafios e projetos da Anacito?

Um dos nossos desafios é definir como será a atuação oficial desse profissional e brigar para que ele não tenha um dono. Nós precisamos, também, difundir a profissão e a capacitação correta, o que é importantíssimo. O meu medo é dessas escolas que têm aulas uma vez por semana e saem diplomando técnicos sem treinamento adequado. Não é simplesmente uma lâmina, é uma vida. Então, esse profissional tem que ser muito bem capacitado. Nós precisamos fazê-lo entender que ele está inserido em um sistema e que ele pode e deve participar. Outro desafio é como fazer para certificar os profissionais que já se formaram e estão atuando como citotécnicos, já que estamos na segunda turma reconhecida pelo Ministério da Educação. Entre os projetos, para este ano, temos a elaboração do Manual de Citotecnologia e a continuação da Série Citotecnologia. Vamos realizar, também, duas jornadas regionais, uma no Ceará e outra em Minas Gerais, e um seminário de Anatomia Patológica em Moçambique. E para 2015, faremos o 2º Congresso de Citotecnologia, em Gramado, no Rio Grande do Sul.

RC – Como e quando surgiu o primeiro curso de citopatologia no Brasil?

O primeiro curso oficial foi o da Escola de Citopatologia da Fundação das Pioneiras Sociais, que surgiu em

1968. Foi a primeira do gênero na América Latina, formando não só alunos brasileiros, mas também de outros países da região. O Brasil era referência na América Latina. Tivemos, ainda, alunos de Portugal e da Suécia. O curso tinha duração de dois anos, e os alunos aprendiam várias técnicas, havia uma amplitude. Essa escola funcionou durante 13 anos.

RC – Como funciona o curso de formação de técnico de nível médio em citopatologia que o INCA oferece?

Esse curso, que tem convênio, desde 2010, com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, tem duração de um ano, carga horária de 1.920 horas e certificação reconhecida pelo Ministério da Educação desde 2012. São oferecidas 15 vagas no total, três para cada região do Brasil, já que não é voltado só para o Rio de Janeiro. Os alunos aprendem todos os procedimentos, como a leitura de células de todas as partes do corpo, para que entendam o sistema como um todo, e fazem parte da rotina do laboratório. Tentamos apresentar tudo o que há de moderno e novo. Eles têm que fazer estágio e apresentar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estudam de segunda a sexta, das 8h às 17h, recebem bolsa e também alojamento, quando vêm de outros estados.

RC – A quem se destina este curso?

O candidato precisa ter o ensino médio completo e estar, preferencialmente, vinculado a laboratórios que prestem serviço para o Sistema Único de Saúde (SUS). A ideia é que, após o curso, os alunos voltem para seus estados, mas alguns acabam ficando no Rio. Nós já tivemos, também, um convênio com Moçambique e já recebemos duas alunas daquele país.

RC – Como é feito o processo seletivo?

O processo seletivo mudou este ano. Antes, os candidatos faziam uma prova, que era oferecida para

“O profissional precisa ter consciência disso e perceber que a citologia não é só ginecológica. Ele não pode se limitar a fazer uma coisa só”

todo o Brasil. Mas em 2014 o processo está sendo feito por meio de análise de currículo.

RC – Como docente, qual a sua avaliação do curso?

Eu acho que agora está muito bom, porque estamos batalhando por isso. O curso é bem “puxado”, exige bastante dos alunos, já que a ideia é que eles possam desenvolver o próprio raciocínio. E nós estamos criando os materiais didáticos, sempre fazendo intercâmbio. Enfim, estamos construindo em conjunto.

RC – Há escassez de técnicos na área?

Eu não sei se é uma questão de escassez, já que falta um mapeamento para saber onde eles estão. Sem isso, não conseguimos saber se há poucos profissionais ou não, se são bem treinados ou não. Em muitos laboratórios pequenos, por exemplo, o nome do técnico não aparece. Então, é muito fácil escondê-lo. Como ainda não existe cadastro desses profissionais, não há controle e nós não sabemos quem está lendo essas lâminas.

RC – E o que é preciso para que seja feito esse mapeamento?

O primeiro passo está vindo agora, com o reconhecimento profissional, porque começarão a saber que nós existimos. E tem que haver um controle maior sobre quem está lendo essas lâminas e a formação dessas pessoas.

RC – Com o reconhecimento da profissão, você acredita que haverá mais interesse pela formação técnica em citopatologia?

Acredito que a falta de interesse acontece mais por desconhecimento da ocupação e pela falta de cursos e de professores habilitados para esse fim.

RC – Como uma pessoa interessada em se tornar um citotécnico pode saber se um curso oferece boa formação?

A Anacito não pode dizer se um curso é bom ou não, mas podemos orientar ou até sugerir como deveria ser um curso com requisitos mínimos, que possa abranger ou suprir a formação do citotécnico. Pretendemos ter um banco de dados com os cursos existentes no País, até para sabermos quantos estão atuando ou vão atuar.

RC – O que você gostaria de dizer para todos os citotécnicos do País?

Somos responsáveis pela primeira leitura das lâminas, pela triagem. O profissional precisa ter consciência disso e perceber que a citologia não é só ginecológica. Ele não pode se limitar a fazer uma coisa só. ■